REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DO PORTO MARTINS

Estrada do Visconde do Porto Martins

ATA Nº4

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia do Porto Martins, na sala de reuniões da Junta de Freguesia do Porto Martins, com início pelas 20 horas.

Estiveram presentes os membros da Assembleia de Freguesia: Maria da Conceição Leal de Lima; Hugo André Falcão Branco; Susana Maria da Silveira Soares; Ana Margarida Vieira Branco; José Lopes, em representação de Tiago Miguel Pereira Barreira, da coligação PSD/CDS-PP; Helena Sofia Alves Branco; António Manuel Branco Pereira; Eduarda Maria Dutra da Palma; Filipe Bruno Azevedo Pinheiro, do Partido Socialista.

Em representação da Junta de Freguesia estiveram presentes a Presidente Susana Cristina Toste da Silva, Nelson Furtado Miranda e Fábio Miguel Vieira Mendes.

A Sr.ª Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e passou a palavra ao 1.º Secretário, Hugo Branco, que procedeu à chamada. De seguida, a 2.ª Secretária, Susana Soares, procedeu à leitura da ordem do dia.

Ponto um: Intervenção do público. Não se encontrando público presente, não houve inscrições nem intervenções.

Ponto dois: Leitura e aprovação da ata da sessão ordinária de 22 de dezembro de 2025, da ata da sessão extraordinária de 5 de janeiro de 2026, da ata da sessão ordinária de 27 de abril de 2026 e da ata da sessão extraordinária de 12 de maio de 2026. As quatro atas foram lidas pela 2.ª Secretária e aprovadas por unanimidade.

A Sr.ª Ana Branco sugeriu que, atendendo à extensão das atas e ao facto de as mesmas serem disponibilizadas atempadamente a todos os membros, futuramente se dispensasse a respetiva leitura em sessão, procedendo-se apenas à votação. A Sr.ª Presidente da Assembleia colocou a sugestão à consideração dos presentes, tendo todos concordado.

Seguidamente, a Sr.ª Presidente da Assembleia deu conhecimento de uma proposta de voto de louvor apresentada pelos representantes do Partido Socialista, ao abrigo do n.º 2 do artigo 10º do Regimento da Assembleia de Freguesia do Porto Martins, dirigido ao Sr. António Borges Pereira, em reconhecimento da sua disponibilidade, espírito de entreajuda e colaboração gratuita, ao longo de vários anos, em iniciativas promovidas por instituições, comissões e particulares da freguesia, nomeadamente através do lançamento de foguetes, contribuindo para a valorização cultural e comunitária. A proposta previa que o voto de louvor fosse comunicado ao homenageado, afixado em local visível e remetido para divulgação à Comissão da Igreja. Colocado à votação, o voto de louvor foi aprovado por unanimidade.

No período antes da ordem do dia destinado à intervenção dos membros da Assembleia, foram abordados os seguintes assuntos:

A Sr.ª Presidente da Junta começou por prestar esclarecimentos sobre questões levantadas em sessões anteriores. Relativamente à diferente caracterização dos membros da Assembleia constante do relatório de gestão e do relatório de contas, informou ter obtido esclarecimento da empresa de contabilidade de que, sendo o relatório de gestão assinado pela Presidente, a situação não configurava qualquer ilegalidade.

Quanto ao apoio denominado kit recém-nascido, esclareceu que, dos três apoios atribuídos, dois tinham sido levantados, existindo comprovativos das respetivas transferências, e que um dos registos contabilísticos tinha sido enquadrado na rubrica de eventos, razão pela qual não surgia na rubrica específica de kit recém-nascido. Referiu ainda que um dos apoios terá sido levantado já em 2026.

Relativamente aos regulamentos da Junta, informou que o executivo se encontra a trabalhar na sua revisão e melhoria, prevendo apresentá-los, se possível, na Assembleia de setembro, disponibilizando-os previamente aos membros para recolha de contributos.

Sobre o relatório de execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, esclareceu que o documento apresentado na sessão anterior foi elaborado com apoio externo e com base no modelo disponibilizado pelo Tribunal de Contas para entidades que ainda não dispõem de relatório próprio desenvolvido.

Quanto à apreciação do relatório de avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, reiterou que o documento foi enviado para o endereço de correio eletrónico que havia sido facultado pelo Partido Socialista, tendo sido necessário efetuar dois envios por ter sido detetado um lapso no primeiro.

Relativamente ao plano de atividades, referiu que a sua elaboração é facultativa e que, neste momento, o executivo não considerou prioritário desenvolver esse documento, atendendo à natureza variável e imprevisível de muitas das tarefas da Junta.

A Sr.ª Presidente da Junta reconheceu ainda que o sítio oficial da Junta na internet se encontra desatualizado, explicando que o executivo tem procurado, desde que tomou posse, assegurar a publicação da informação e documentação obrigatórias mais recentes, ficando a atualização de conteúdos anteriores e a reformulação global do sítio para uma fase posterior.

Sobre o baloiço da escola do Porto Martins, informou ter falado com o Vereador John Branco, estando a situação sinalizada. Acrescentou que uma família manifestou intenção de doar um baloiço à escola e que a Junta irá facilitar o contacto entre a família e a Câmara Municipal.

Relativamente às algas, agradeceu a intervenção da Câmara Municipal, referindo ter sido realizada uma remoção de cerca de 125 m³, ainda assim insuficiente face ao volume acumulado. Informou que a Câmara abriu um procedimento para contratação de uma empresa destinada à remoção das algas. Recordou que, numa reunião realizada em 11 de março com o Vereador Emanuel Sousa, a Junta tinha alertado para a impossibilidade financeira de assegurar a limpeza da Volta do Gabriel, tendo, entretanto, assumido com recursos próprios a limpeza da Piscina, do Porto Guilherme e do Porto de São Fernando, por se tratarem de zonas balneares.

A Sr.ª Presidente da Junta informou também que, após a intervenção do recuo do molhe lateral da Piscina, foi solicitada à Câmara Municipal a colocação de areia na zona afetada. Obtido parecer favorável da área do ambiente, a Câmara forneceu a areia e o respetivo transporte, permitindo melhorar o conforto e ampliar a área de solário.

Quanto à janela do pavilhão que caiu no fim de semana da festa do aniversário da Freguesia, informou que a situação foi imediatamente comunicada, tendo a janela sido recolhida para manutenção e posteriormente recolocada com reforço dos pontos de apoio.

A Sr.ª Presidente da Junta deu ainda conhecimento de uma reunião da Comissão de Trânsito, na qual foi apreciado um pedido de colocação de lombas no Caminho do Pocinho. O parecer foi negativo. Perante esse entendimento, a Junta solicitou que

fossem estudadas alternativas para redução da velocidade naquela zona, atendendo à curva, às habitações e à proximidade de uma zona de lazer.

A Sr.ª Helena Branco felicitou a Junta de Freguesia pela manutenção da Bandeira Azul, pelo Prémio de Excelência do programa Eco-Freguesia 2026, pelo trabalho realizado nas Festas da Freguesia e pela intervenção na zona balnear da Piscina.

Questionou, de seguida, a utilização da zona de lazer da Peça do Peão para acampamentos, referindo que um agrupamento de escoteiros havia sido informado de que não existiam condições para acampar naquele local, embora posteriormente se tenham verificado acampamentos frequentes. Sugeriu que o regulamento daquela zona de lazer fosse revisto.

A Sr.ª Helena Branco questionou ainda o ponto de situação da transmissão do pavilhão para a Câmara Municipal, a reparação da zona afetada pelo incêndio junto aos contentores de lixo, a iluminação interior do pavilhão, designadamente nas salas utilizadas pelos escoteiros, a periodicidade da limpeza das ruas e canadas, a existência e condições de contratos de apoio à limpeza da freguesia, o projeto de alteração de trânsito na Estrada de Santa Margarida e a colocação de uma placa no Toiril em nome da Casa do Povo.

Em resposta, a Sr.ª Presidente da Junta explicou que, quando o agrupamento de escoteiros solicitou autorização para acampar na Peça do Peão, as instalações sanitárias não reuniam condições, na sequência de furtos e atos de vandalismo. Esclareceu que o local não é uma zona de campismo e que quem ali acampa pode ser convidado a sair. Acrescentou que o executivo pretende regulamentar a utilização do espaço, ponderando medidas que permitam responsabilizar os utilizadores e preservar as instalações.

Quanto ao pavilhão, informou que a questão não foi abordada na Assembleia Municipal e que o processo permanece condicionado pela insolvência da empresa proprietária, sendo o equipamento, na prática, cuidado pela Câmara Municipal. A reparação da parede afetada pelo incêndio e as necessidades de iluminação foram comunicadas à Câmara, não existindo, contudo, indicação de prazo para intervenção.

Relativamente à limpeza dos arruamentos, a Sr.ª Presidente da Junta reconheceu que não tem sido possível assegurar uma periodicidade regular. Explicou que os recursos humanos estiveram concentrados durante várias semanas na manutenção da Piscina, onde foi necessário proceder a trabalhos de raspagem, lavagem e pintura interior e exterior, bem como à melhoria de outros elementos da zona envolvente. Referiu também trabalhos de reposição de bagacina e poda de cactos na frente marítima.

Acrescentou que a Junta tentou recorrer a herbicida para controlo da vegetação, mas, após uma denúncia e intervenção da GNR na área ambiental, foi informada de que não poderia proceder à sua aplicação. Informou ainda que seriam efetuadas contratações pontuais de prestação de serviços para reforço da limpeza das ruas e cortes de relva, permitindo libertar os funcionários da Junta para intervenção nas canadas e arruamentos. Esclareceu que não existem contratos permanentes em vigor para este efeito.

Quanto ao projeto de alteração de trânsito na Estrada de Santa Margarida, a Sr.ª Presidente informou que a proposta havia sido aprovada na Comissão de Trânsito, prevendo-se a implementação experimental de sentido único, com entrada pela zona da Igreja e circulação em direção à Volta do Gabriel, mediante alteração da sinalização vertical. Referiu que a intenção é testar a medida durante a época alta e avaliar posteriormente os seus efeitos. Foi também solicitada sinalização específica para organização do estacionamento de automóveis e motociclos na zona da Piscina.

Sobre a placa do Toiril, o Sr. Nelson Miranda acrescentou que o Professor Amílcar, da Casa do Povo, tinha conhecimento da situação e que, segundo a informação disponível, a placa já teria sido retirada, reiterando que o espaço integra o património da freguesia.

A Sr.ª Helena Branco referiu que, enquanto não forem aprovados novos regulamentos, deverão continuar a vigorar os regulamentos anteriormente existentes, nomeadamente os relativos às carrinhas e ao cemitério, solicitando novamente a sua disponibilização. A Sr.ª Presidente respondeu que os documentos que o atual executivo localizou terão sido apenas projetos não aprovados, comprometendo-se a procurar versões anteriores que possam ter estado efetivamente em vigor.

Ainda sobre a alteração de trânsito, a Sr.ª Helena Branco manifestou preocupação com o sentido proposto, considerando que a circulação descendente aproxima o trânsito das moradias, da Igreja e da Casa do Povo, defendendo que o sentido inverso poderia oferecer maior segurança aos residentes. O Sr. Fábio Mendes explicou que foram ouvidas diversas opiniões e que o executivo entendeu fazer mais sentido a entrada pela Igreja e a circulação pelo centro da freguesia, tendo sido essa a solução submetida à Comissão de Trânsito.

A Sr.ª Presidente da Junta acrescentou que a proposta prevê a criação de zonas de estacionamento e de espaços de segurança destinados a impedir que os veículos circulem demasiado próximos das habitações. Reiterou que se trata de uma solução experimental, assente inicialmente apenas em sinalização vertical, a avaliar durante a época de maior movimento.

O Sr. Hugo Branco apelou a uma maior colaboração entre todos os membros da Assembleia e o executivo, salientando que os problemas estruturantes da freguesia poderão ser trabalhados de forma mais eficaz através de grupos de trabalho compostos por membros de diferentes forças políticas, sob coordenação da Presidente da Junta. Considerou que essa colaboração poderia contribuir para uma atuação mais estruturada e para a resolução de um maior número de questões ao longo do mandato.

O Sr. António Pereira manifestou concordância com a proposta, sublinhando que as questões apresentadas pela bancada do Partido Socialista resultam de dúvidas sobre o funcionamento da Junta e de preocupações transmitidas pelos fregueses, não tendo como objetivo criar obstáculos ao executivo. Reiterou a disponibilidade da bancada para colaborar e para articular, sempre que necessário, com os seus representantes na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal.

Relativamente às algas, o Sr. António Pereira voltou a considerar que a dimensão do problema ultrapassa a capacidade financeira e operacional da Junta, defendendo uma intervenção efetiva da Câmara Municipal e do Governo Regional. Referiu que a situação vinha sendo alertada desde dezembro e que a limpeza manual das zonas afetadas representa um esforço oneroso e pouco eficaz para a Junta. Sugeriu a elaboração conjunta de um documento de protesto ou de reivindicação a apresentar às entidades competentes, manifestando disponibilidade para o subscrever.

O Sr. António Pereira recordou ainda uma Assembleia Municipal realizada em 21 de fevereiro de 2025, na qual haviam sido abordadas a asfaltagem da Canada do Pico do Capitão e as obras no pavilhão. Solicitou que o executivo questionasse a Câmara Municipal sobre o ponto de situação e previsão para estas intervenções.

Questionou também o ponto de situação do projeto de proteção da orla marítima, o concurso respetivo, os locais previstos para intervenção e a possibilidade de consulta do projeto; perguntou se a Junta tinha apresentado candidaturas no âmbito do Poder Local, cujo prazo terminara em abril, e, em caso afirmativo, quais os projetos; solicitou informação sobre projetos estruturantes previstos pela Câmara Municipal para o Porto

Martins no âmbito do PROAGES; e questionou se existia intenção de apresentar novas candidaturas à GRATER ou ao Poder Local.

A Sr.ª Presidente da Junta respondeu que a questão das algas tinha sido abordada em reuniões com o Vice-Presidente da Câmara, incluindo uma realizada em 11 de março, na qual foi salientada a necessidade de intervenção atempada. Referiu que a Junta começou a efetuar limpezas em fevereiro, dentro das suas possibilidades, mas que a evolução da acumulação tornou impossível manter esse esforço na Volta do Gabriel. Informou que aguardava o início da intervenção resultante do procedimento promovido pela Câmara Municipal.

Quanto à Canada do Pico do Capitão, informou que, numa reunião municipal, foi comunicado às freguesias que os trabalhos de asfaltagem estavam a avançar de uma zona da ilha para outra, devendo o Porto Martins ser uma das últimas freguesias intervencionadas. Esclareceu que a intervenção prevista abrangerá toda a extensão da canada e não apenas as bermas.

Relativamente ao projeto de proteção da orla marítima, informou que o atual executivo não tinha sido previamente informado nem tinha recebido o projeto, comprometendo-se a solicitar à Câmara Municipal indicação sobre onde o mesmo poderá ser consultado. Referiu que, durante a Festa do aniversário da Freguesia, a Presidente da Câmara mencionou várias zonas de intervenção, que julgava serem cinco.

Sobre candidaturas ao Poder Local, a Sr.ª Presidente informou que foram apresentadas candidaturas para asfaltagem de bermas, abrigos de passageiros, elementos de embelezamento da freguesia e limpeza e manutenção do Porto de São Fernando. Referiu que uma candidatura relativa à limpeza e pintura do Porto de São Fernando, transitada do ano anterior, já tinha sido aprovada e paga. Informou igualmente existir uma candidatura para uma carrinha de nove lugares, relativamente à qual ainda aguardavam decisão, e que a Junta decidiu suportar diretamente a aquisição de um abrigo de passageiros para a zona do Snack Bar Golfinho, por considerar urgente a sua instalação.

A Sr.ª Presidente da Junta agradeceu a postura colaborativa da oposição, salientando que as questões colocadas ajudam o executivo a identificar problemas e a melhorar o seu funcionamento, reiterando a disponibilidade para receber contributos também fora das datas das Assembleias.

O Sr. Hugo Branco retomou a questão das algas, defendendo que, para além da discussão em Assembleia Municipal, poderia ser criado um grupo que, sob coordenação da Presidente da Junta, acompanhasse regularmente o processo e contactasse diretamente os responsáveis municipais, reforçando a pressão para resolução do problema.

O Sr. Nelson Miranda referiu que, em intervenções anteriores de remoção de algas, surgiram críticas quanto à utilização de maquinaria e aos danos provocados nas pedras, considerando que a dificuldade em encontrar uma solução consensual poderá ter contribuído para atrasos. Acrescentou que qualquer solução implicará escolhas e que a alteração experimental do trânsito deve igualmente avançar para permitir avaliar os seus efeitos.

O Sr. António Pereira respondeu que a atual oposição não pretende criar entraves à limpeza das algas nem a outras intervenções. Defendeu que, quando surgem projetos relevantes para a freguesia, a sua discussão prévia entre todos os membros pode permitir recolher contributos, alcançar maior consenso e reforçar a responsabilidade coletiva.

A Sr.ª Susana Soares esclareceu que as referências do Sr. Nelson Miranda estavam relacionadas com situações ocorridas em executivos e oposições anteriores, em que a utilização de maquinaria pesada para remoção das algas provocou danos e foi objeto de críticas, não se referindo à atual bancada da oposição.

A Sr.ª Presidente da Junta corroborou esse esclarecimento e referiu que já tinha discutido com o Vice-Presidente Emanuel Sousa as limitações das várias soluções utilizadas. Sublinhou que não existe uma solução perfeita: a remoção manual é insuficiente, as máquinas pequenas revelam-se pouco eficazes e as máquinas maiores podem remover pedras, sendo depois necessário proceder à sua reposição. Defendeu, por isso, que é necessário avançar com uma solução possível, ainda que não ideal.

A Sr.ª Ana Branco informou que, enquanto exerceu funções de Presidente de Junta, lhe tinha sido apresentado pela Câmara Municipal o projeto de intervenção na orla costeira, confirmando a existência do mesmo e referindo que contemplava vários locais de intervenção.

---------- Ordem do Dia ----------

Ponto três: Apresentação e discussão da informação sobre a atividade da Junta de Freguesia desenvolvida no período de abril a junho de 2026.

A Sr.ª Presidente da Junta procedeu à leitura do respetivo documento, previamente disponibilizado a todos os membros da Assembleia, no qual constavam as atividades desenvolvidas durante aquele período. A Assembleia de Freguesia tomou conhecimento.

Ponto quatro: Apresentação e discussão do contrato-programa n.º 11 entre o Município da Praia da Vitória e a Freguesia do Porto Martins, referente às Festas da Freguesia.

A Sr.ª Presidente da Junta propôs que a apresentação e discussão deste ponto fosse realizada em conjunto com o ponto cinco, por ambos respeitarem a apoios concedidos na sequência de candidaturas relativas às Festas da Freguesia.

Ponto cinco: Apresentação e discussão do contrato-programa n.º 12 entre o Município da Praia da Vitória e a Freguesia do Porto Martins, referente às Festas da Freguesia.

A Sr.ª Presidente da Junta esclareceu que os dois contratos correspondem a apoios atribuídos para iniciativas festivas da freguesia, designadamente as Festas de Santa Margarida e as iniciativas associadas à tourada e à procissão de São João. Os pontos quatro e cinco foram apresentados e discutidos em conjunto. A Assembleia de Freguesia tomou conhecimento.

Ponto seis: Apreciação, discussão e votação da segunda alteração modificativa ao orçamento de 2026.

A Sr.ª Presidente da Junta explicou que a alteração se destinava a permitir a entrada das verbas correspondentes aos dois contratos-programa anteriormente apresentados. Colocada à votação, a segunda alteração modificativa ao orçamento de 2026 foi aprovada por unanimidade.

De seguida, a Sr.ª Susana Soares procedeu à leitura da ata em minuta da presente sessão, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas 22h15m da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada por si e por quem a secretariou.

A Presidente da Assembleia de Freguesia

_____

Maria da Conceição Leal de Lima

O 1.º Secretário

_____

Hugo André Falcão Branco